

**SIMULADO**

**TJ-SC**



**Estratégia**  
CARREIRA JURÍDICA

# 1º Simulado TJ-SC 2019

Nome: \_\_\_\_\_

## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso do TJ-SC para o cargo de **Juiz Substituto**;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora do certame, o Cespe/Cebraspe;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – Depois que você finalizar as questões, acesse a página principal do site do Estratégia Concursos. Lá, terá um artigo contendo um link para você preencher o seu gabarito no formulário;
- 7 – **O formulário para o preenchimento do Gabarito ficará disponível a partir das 10h30**, após duas horas de prova;
- 8 – Preencha com cuidado as respostas e aguarde o sistema processar a sua Nota Final no simulado.
- 9 – Nosso sistema tem um prazo e o fechamento do Gabarito Eletrônico. Por isso, você só tem até às 13h para preencher o formulário e participar do Ranking;
- 10 – O Ranking Classificatório com os resultados será divulgado após o início da Correção do Simulado.
- 11 - **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****DIREITO CIVIL**

**01.** A respeito da jurisprudência do STJ sobre o bem de família legal, assinale a alternativa correta:

- a. o bem de família é penhorável, quando os sócios da empresa devedora são os titulares do imóvel hipotecado.
- b. é ônus da prova dos proprietários do imóvel, sócios de empresa devedora, a demonstração de que a família não se beneficiou dos valores auferidos.
- c. o bem de família é penhorável, quando for dado em garantia real de dívida por um dos sócios da pessoa jurídica devedora
- d. é ônus da prova dos proprietários do imóvel, sócios de empresa devedora, a demonstração de que o proveito se reverteu à entidade familiar.
- e. o bem de família é sempre impenhorável, se oferecido pelos sócios da empresa devedora e titulares do imóvel hipotecado.

**02.** Sobre a locação built-to-suit assinale a alternativa correta:

- a. trata-se de espécie locatícia na qual o imóvel é adquirido, construído ou reformado para a locação para fins comerciais ou residenciais.
- b. não se pode convencionar a renúncia ao direito de revisão do valor dos aluguéis durante o prazo de vigência do contrato de locação.
- c. a multa na denúncia antecipada pelo locatário não pode exceder a soma dos valores dos aluguéis a receber até o termo final da locação.
- d. durante o prazo estipulado para a duração do contrato, pode o locador reaver o imóvel alugado, devendo pagar a multa prevista no contrato.
- e. não pode ser fixada mais de uma modalidade de garantia, sob pena de nulidade.

**03.** Em se tratando de bens, o CC/2002 e a doutrina distinguem os bens relativamente à consuntibilidade e à fungibilidade. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a. bem faticamente consumível pode ser fungível ou infungível, mas bem juridicamente inconsumível é sempre infungível.
- b. bem faticamente inconsumível pode ser fungível ou infungível, mas bem faticamente consumível é sempre infungível.
- c. bem juridicamente consumível pode ser fungível ou infungível, mas bem faticamente inconsumível é sempre fungível.
- d. bem juridicamente consumível pode ser fungível ou infungível, bem como bem faticamente inconsumível pode ser fungível ou infungível.
- e. bem juridicamente inconsumível pode ser fungível ou infungível, mas bem infungível é sempre faticamente inconsumível.

**04.** Consoante jurisprudência consolidada no STJ, o juiz, no caso de cabimento da desapropriação judicial prevista no CC/2002,

- a. não pode converter a ação possessória em indenizatória, tenha ou não o autor solicitado tal providência, em razão da incompatibilidade de ritos.
- b. pode, de ofício e imotivadamente, converter a ação possessória em indenizatória, havendo requisição do autor ou do réu.
- c. pode, de ofício, em face das situações jurídicas já consolidadas no tempo, converter a ação possessória em indenizatória.
- d. pode, desde que haja fundado pedido do autor, converter a ação possessória em indenizatória.
- e. pode, desde que haja fundado pedido do autor, e em face das situações jurídicas já consolidadas no tempo, converter a ação possessória em indenizatória.

**05.** Sobre o instituto da posse, assinale a alternativa correta:

- a. verifica-se composesse na locação residencial urbana, na situação na qual o proprietário-locador possui como possuidor indireto e o locatário possui como possuidor indireto, podendo ambos proteger a posse contra terceiros e mesmo um contra o outro.
- b. no caso de bens que compõem o acervo hereditário, apesar dos sucessores serem tidos como compossuidores, não podem manejar ações possessórias uns contra os outros, dado que todos são também coproprietários.
- c. autoriza o manejo dos interditos possessórios o jus possessionis, ainda que o possuidor seja também proprietário, titular do jus possidendi.
- d. é justa a posse daquele que desconhece ou ignora o vício que lhe impede a aquisição originária da coisa, sendo que o estado de dúvida não infere, de per si, contaminação da posse como injusta.
- e. o justo título não exige que o documento seja público, mas que tenha forma escrita.

**06.** Quanto à proteção possessória, assinale a alternativa incorreta:

- a. os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse.
- b. não obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade.
- c. pertencem os frutos ao possuidor de boa-fé, desde que a percepção ocorra antes de sua cessação.
- d. os produtos devem ser restituídos pelo possuidor de má-fé, ressarcindo-se o possuidor de boa-fé pelos produtos separados, mas ainda não alienados.
- e. as benfeitorias necessárias devem ser ressarcidas ao possuidor a qualquer título, mas as benfeitorias úteis são indenizadas somente ao possuidor de boa-fé.

**07.** Marinalva e Afrânio são casados no regime da

comunhão universal de bens. Na volta das férias a Porto Belo/SC, sofrem grave acidente automobilístico. Ambos são socorridos com vida e encaminhados à UTI de um hospital de Balneário Camboriú. Afrânio não resiste aos ferimentos e acaba morrendo ainda no trajeto ao hospital. Marinalva, em estado grave, tem o parto induzido para que Roberto consiga nascer com vida, o que acontece. No entanto, por complicações no parto, ele acaba falecendo minutos depois. Marinalva também falece na sequência. Nessa situação:

- os pais de Afrânio herdam metade dos bens do falecido casal e os pais de Marinalva a outra metade, se todos estivessem ainda vivos.
- os pais de Marinalva herdam todos os bens, ao passo que os pais de Afrânio nada herdam.
- os pais de Afrânio herdam todos os bens, ao passo que os pais de Marinalva nada herdam.
- os pais de Marinalva herdam três quartos dos bens e os pais de Afrânio o quarto restante.
- há jacência hereditária, tendo em vista não haver ascendência ou descendência direta dos falecidos.

**08.** Sobre a tomada de decisão apoiada, julgue as assertivas e assinale a correta.

- antes de se pronunciar sobre o pedido, o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, ouvirá pessoalmente o requerente e as pessoas que lhe prestarão apoio, ouvindo-se o MP posteriormente.
- a decisão apoiada, fixada por acordo extrajudicial, com participação efetiva do MP, ou por decisão judicial, deve indicar expressamente as pessoas aptas a prestarem tal apoio.
- se o apoiador agir com negligência, pode o juiz, de ofício, destituir o apoiador e nomear, ouvida a pessoa apoiada e se for de seu interesse, outra pessoa para prestação de apoio.
- pode apoiador solicitar ao juiz sua exclusão, sendo seu desligamento condicionado à manifestação do MP sobre a matéria
- a pessoa apoiada, a qualquer tempo, pode solicitar o término de acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada.

**09.** No tocante à novação, assinale a alternativa correta:

- se os bens dados em garantia pertencerem a terceiro que não foi parte na novação, a novação incluirá o penhor, a hipoteca ou a anticrese, ainda que o credor as ressalve na extinção.
- caso a dívida tenha fiador, não importa exoneração dele a novação feita sem seu consentimento com o devedor principal, desde que a fiança tenha sido estipulada sem prazo.
- a novação subjetiva passiva por delegação não pode ser realizada quando o devedor não tenha exprimido sua aceitação.
- obrigações extintas, inexistentes ou nulas não podem ser novadas, mas as simplesmente anuláveis podem.
- a novação objetiva e a novação mista ou complexa se

equiparam à dação em pagamento e a assunção de dívida, respectivamente.

**10.** De acordo com a Lei .610/1998, assinale a alternativa incorreta:

- Publicação é oferecimento de obra literária, artística ou científica ao conhecimento do público, com o consentimento do autor, ou de qualquer outro titular de direito de autor, por qualquer forma ou processo.
- Transmissão é a difusão de sons ou de sons e imagens, por meio de ondas radioelétricas; sinais de satélite; fio, cabo ou outro condutor; meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético.
- Distribuição é a cópia de um ou vários exemplares de uma obra literária, artística ou científica ou de um fonograma, de qualquer forma tangível.
- Comunicação ao público é o ato mediante o qual a obra é colocada ao alcance do público, por qualquer meio ou procedimento e que não consista na distribuição de exemplares.
- Contrafação é a reprodução não autorizada.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**11.** Assinale a alternativa incorreta:

- É possível proferir decisão sem ouvir o réu em algumas hipóteses, como, por exemplo, em ações possessórias, tutelas provisórias de urgência e tutela de evidência quando as alegações de fato estiverem de acordo com julgamento de casos repetitivos.
- A vedação à nulidade de algibeira é exemplo de aplicação da boa-fé objetiva no processo civil.
- A sentença arbitral é título executivo extrajudicial.
- Estão excluídas da ordem cronológica (art. 12, CPC) as sentenças homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido.
- Na jurisdição voluntária, é possível o juiz julgar com base na equidade.

**12.** Marque a alternativa correta:

- citação válida induz litispendência, torna litigiosa a coisa, constitui em mora o devedor, interrompe a prescrição e torna prevento o juízo.
  - A competência para a ação de divórcio, separação e reconhecimento de união estável é de foros concorrentes e não subsidiários.
  - Havendo interposição de apelação da decisão que resolve o processo sem resolução do mérito por ausência de condição da ação (art. 485, VI, CPC), o juiz não poderá se retratar.
  - Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito.
- A justiça estadual possui competência para julgar mandado de segurança impetrado contra ato de conselho seccional da OAB.
- A imparcialidade é a característica da jurisdição

contenciosa que impede o julgador de determinar, de ofício, a produção de prova em juízo.

**13.** Assinale a alternativa incorreta.

- a. Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar. Ainda, a inversão do ônus da prova se aplica às ações de degradação ambiental.
- b. A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.
- c. A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.
- d. Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, vedadas a compensação e a repetibilidade.
- e. A embriaguez do segurado exime a seguradora do pagamento da indenização prevista em contrato de seguro de vida.

**14.** Marque a alternativa correta.

- a. para ação fundada em direito real, em regra, será competente o foro da situação da coisa, móvel ou imóvel.
- b. quando a prova pericial requerida pelo MP não seja realizada por entidade pública, caberá a ele, MP, adiantar os custos respectivos, desde que haja previsão orçamentária.
- c. o magistrado poderá punir os membros da Defensoria Pública, Ministério Público, Advocacia Pública e Advocacia Privada por ato atentatório à dignidade da justiça se descumprirem os comandos jurisdicionais.
- d. Na hipótese de litisconsórcio ativo, o valor da causa para fins de fixação da competência do juizado especial deve ser calculado a partir da soma do valor pretendido por cada litisconsorte.
- e. Instaura-se o incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

**15.** Considerando a jurisprudência sobre o NCPC, a resposta incorreta é:

- a. Os novos julgadores convocados na forma do art. 942 do CPC/2015 poderão analisar todo o conteúdo das razões recursais, não se limitando à matéria sobre a qual houve divergência.
- b. O rol do art. 1.015, CPC é de taxatividade mitigada, admitindo-se a interposição do agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.
- c. O art. 85, § 7º, do CPC/2015 não afasta a aplicação do entendimento consolidado na Súmula 345 do STJ, de modo que são devidos honorários advocatícios nos

procedimentos individuais de cumprimento de sentença decorrente de ação coletiva, ainda que não impugnados e promovidos em litisconsórcio.

d. Segundo o STJ, a concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige apenas dois requisitos: existência de registro na ANVISA, bem como a presença de laudo médico fundamentado sobre a ineficácia dos fármacos fornecidos pelo SUS.

e. Os efeitos da coisa julgada material serão aplicáveis em caso de decisão que resolva questão prejudicial, desde que respeitados os requisitos dos parágrafos do art. 503 e que o processo tenha se iniciado após a vigência do NCPC.

**16.** Marque a alternativa correta:

- a. Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denúncia ou contestar o pedido do autor, não pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice.
- b. É inadmissível a concessão de tutela da evidência fundada em tese firmada em incidente de assunção de competência.
- c. Durante as férias forenses, atos processuais de tutela de urgência não podem ser praticados.
- d. É possível tutela antecipada requerida em caráter antecedente em sede de ação rescisória.
- e. Em razão da previsão especial do § 1º do art. 183, estabelecendo a intimação pessoal da Fazenda Pública por carga, remessa ou meio eletrônico, a ela não se aplica a intimação pelo advogado da outra parte.

**17.** A resposta correta, conforme o NCPC e jurisprudência dos Tribunais Superiores, é:

- a. Em regra, não é possível mais a alteração do pedido e da causa de pedir, depois do saneamento.
- b. O juiz nomeará curador especial ao réu revel citado por edital enquanto este não for encontrado, podendo o curador apresentar reconvenção.
- c. A tutela de evidência e de urgência podem ser concedidas em caráter antecedente ou incidentalmente.
- d. É necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração quando inalterado o julgamento anterior.
- e. É cabível reclamação para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

**18.** Assinale a alternativa incorreta:

- a. No cumprimento voluntário de sentença, o executado tem 15 dias úteis para pagar, podendo ser duplicado nos casos de litisconsortes cujos advogados sejam de escritórios distintos.
- b. A petição inicial será inepta e deverá ser indeferida se o juiz verificar desde logo a ocorrência de prescrição ou decadência.



c. Após as providências preliminares de saneamento, se o juiz decidir parte do mérito da causa antecipadamente, a cognição é exauriente e o recurso cabível será o agravo de instrumento, independentemente de a decisão ter sido líquida ou ilíquida.

d. Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício.

e. A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião.

**19.** Segundo o NCPC, é incorreto afirmar:

a. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, mas pode beneficiar terceiros.

b. Basta o inadimplemento de uma parcela, no todo ou em parte, para decretação da prisão civil prevista no art. 528, § 7º, do CPC.

c. A impenhorabilidade dos vencimentos não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais.

d. Embora não haja litisconsórcio passivo necessário entre o agente público e os terceiros beneficiados com o ato ímprobo, é inviável que a ação civil por improbidade seja proposta exclusivamente contra os particulares, sem concomitante presença do agente público no polo passivo da demanda.

e. Se houver reconhecimento de prescrição da ação de improbidade administrativa, isso impedirá o prosseguimento da demanda relativa ao pedido de ressarcimento do prejuízo ao erário.

**20.** Assinale a assertiva que representa posição dos Tribunais Superiores a respeito do NCPC e da Tutela Coletiva:

a. Admite a utilização de prova emprestada colhida na persecução penal, desde que assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

b. A associação privada autora de uma ação civil pública não pode fazer transação com o réu e pedir a extinção do processo, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC.

c. É cabível a fixação de honorários recursais, prevista no art. 85, § 11, do NCPC, quando interposto o recurso antes de 18/03/2016, mas que tenha sido julgado já na vigência do NCPC.

d. Nos juizados especiais, os atos processuais serão públicos e não poderão realizar-se em horário noturno.

e. Na impugnação ao cumprimento de sentença, poderá, ainda que já tenha se operado o trânsito em julgado da sentença, ser alegada inexigibilidade da obrigação reconhecida no título, se ele estiver fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo, tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a

Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

## DIREITO DO CONSUMIDOR

**21.** Passados dois meses após João ter comprado um aparelho celular na Loja X, este apresentou problema e não mais realizava ligações ou acessava a internet. João, então, levou prontamente o aparelho à Loja X para que tomassem as providências cabíveis. Conforme o entendimento do STJ e as disposições do CDC, é correto afirmar que:

a. João terá direito a receber em dobro o valor que pagou pelo aparelho celular.

b. A Loja X é objetivamente responsável pelo vício no produto, considerando que não se passaram os 90 dias, por ser o aparelho celular um bem durável, devendo o fornecedor realizar os procedimentos para seu conserto em qualquer circunstância.

c. A Loja X apenas não será obrigada a receber o aparelho celular e tomar as providências relativas a seu conserto caso haja assistência técnica especializada na mesma cidade.

d. A Loja X deverá prontamente substituir o produto viciado, caso seja este o desejo do consumidor.

e. A Loja X será responsável por qualquer vício que o aparelho apresente mesmo quando passados 90 dias, desde que esteja dentro do prazo da garantia do produto.

**22.** Márcio comprou um notebook de uma série de marca muito conhecida. Após cinco meses de uso, ainda dentro do prazo da garantia contratual, o notebook apresentou um vício em bateria e não mais ligava.

Ao entrar em contato com a fabricante, foi informado que não havia mais notebooks nem peças do mesmo modelo sendo fabricadas já há dois anos, o que impossibilitaria a substituição do produto ou mesmo da bateria.

Com base nessas informações, poderá Márcio:

a. Exigir a imediata devolução do dinheiro pago pelo produto, com correção monetária.

b. Ante a impossibilidade da troca da bateria, deverá aceitar que o fabricante conserte a bateria, mesmo que venha a reduzir o seu desempenho posteriormente.

c. Por se tratar de um caso fortuito, a ausência de baterias para o modelo do notebook não atrai obrigações ao fabricante.

d. Por não ser possível a substituição do bem, poderá Márcio requerer a substituição por um produto de outra espécie mais moderno, pagando a respectiva complementação se caso for cabível e necessário.

e. Neste caso, poderá exclusivamente exigir a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

**23.** Sobre a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do contrato firmado entre um condomínio e uma construtora para a construção de uma obra sob o regime de administração ou preço de custo:

- a. não há relação de consumo a ser tutelada pelo Código de Defesa do Consumidor, devendo a relação jurídica ser regida pela Lei de Condomínio e Incorporações Imobiliárias.
- b. não há relação de consumo a ser tutelada pelo Código de Defesa do Consumidor, devendo a relação jurídica ser regida pelo Código Civil.
- c. não há relação de consumo a ser tutelada pelo Código de Defesa do Consumidor, devendo a relação jurídica ser regida pela Lei do Inquilinato.
- d. há relação de consumo a ser tutelada pelo Código de Defesa do Consumidor, devendo a relação jurídica ser regida pela referida lei.
- e. há relação de consumo a ser tutelada pelo Código de Defesa do Consumidor, devendo prevalecer o contrato, aplicando-se o CDC de forma subsidiária.

**24.** De acordo com o entendimento do STJ, é correto afirmar:

- a. Não é legítima a cobrança de tarifa básica pelo uso dos serviços de telefonia fixa.
- b. É legítima a cobrança da tarifa de água fixada de acordo com as categorias de usuários sem considerar as faixas de consumo.
- c. Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável, mas não sujeito a aplicação de multa administrativa,
- d. Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor após proceder à inscrição.
- e. É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negatificação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

**25.** Júlia, após ter economizado dinheiro por muito tempo, finalmente conseguiu agendar sua cirurgia estética com famoso médico para afinar o seu nariz. Feita a cirurgia e passado o prazo de normalização dos inchaços, Júlia retira a bandagem de seu rosto e é surpreendida com uma infeliz imagem: seu nariz ficou fino, porém torto. Considerando tal hipótese e com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- a. O médico que realizou a cirurgia é subjetivamente responsável, visto que profissional autônomo, conforme dispõe o Código de Defesa do Consumidor.
- b. Aplica-se a esta situação a teoria do risco, afastando-se a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao presente caso.
- c. O médico deverá comprovar alguma excludente de sua responsabilidade pelo erro no resultado da cirurgia, visto que esta é presumida em razão de sua obrigação de resultado.
- d. Júlia deverá comprovar que o médico cometeu algum erro na execução da cirurgia, já que sua atividade, no caso, é de meio, gerando sua responsabilização de forma subjetiva.

- e. O hospital no qual foi realizada a cirurgia responde objetivamente pelo erro médico, mesmo que o profissional não possua vínculo de emprego ou subordinação ou não tenha sido por este indicado.

### **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**26.** No que diz respeito à proteção internacional dos direitos das crianças e adolescentes, assinale a opção correta.

- a. As Regras de Beijing, as Diretrizes de RIAD e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade não se aplicam ao Brasil, visto que não foram aprovadas pelo Congresso Nacional brasileiro e promulgados pelo Presidente da República.
- b. De acordo com as Regras de Beijing, a sanção aplicável ao jovem que cometer ato infracional deverá ser específica e única, o que proíbe a aplicação simultânea de uma medida de liberdade assistida e uma de prestação de serviços à comunidade.
- c. A Convenção sobre o Direito da Criança possui status de norma constitucional, segundo entendimento do STF.
- d. De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, toda criança privada de sua liberdade ficará separada dos adultos, a não ser que tal fato seja considerado contrário aos melhores interesses da criança.
- e. A Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças aplica-se à criança que com residência em um Estado contratante até que complete dezoito anos de idade.

**27.** Joana, 16 anos, mãe de Letícia de 5 anos, se envolveu com o uso de entorpecentes e perdeu a guarda de sua filha. Por conta desse fato, Letícia foi inserida no programa de acolhimento familiar ou institucional. Diante desse caso, assinale a alternativa correta.

- a. Letícia deverá ter sua situação reavaliada a cada 6 meses, devendo a autoridade judiciária competente, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta.
- b. Joana não poderá visitar Letícia, pois houve a destituição do poder parental.
- c. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 12 meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- d. Letícia poderá participar de programa de apadrinhamento. Tal apadrinhamento poderá ser feito apenas por pessoas físicas.
- e. Joana será assistida por equipe especializada multidisciplinar.

**28.** Diana, de dezessete anos de idade, viajou desacompanhada para São Paulo. Na pousada em que havia feito reserva, os atendentes ligaram para os pais de Diana para saber se eles autorizariam a hospedagem da

adolescente. O check-in foi feito após o consentimento dado pelo telefone.

Com base no caso concreto acima, assinale a alternativa correta.

- a. A atitude da pousada foi correta, tendo em vista que basta a autorização verbal dos pais para hospedagem de adolescente maior de 16 anos.
- b. A atitude da pousada foi equivocada, pois deveria ser exigida a autorização por escrito dos pais e responsáveis, tal conduta é, inclusive, apontada como infração administrativa.
- c. A atitude da pousada foi equivocada, pois, nesse caso, exige-se autorização judicial para hospedagem, tal conduta é, inclusive, apontada como crime.
- d. A atitude da pousada foi correta, pois, para qualquer idade a autorização verbal dos pais é suficiente para a hospedagem.
- e. A atitude da pousada foi desnecessária, uma vez que não se exige autorização para maiores de 16 anos.

**29.** Considerando as disposições da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (SINASE), é correto afirmar:

- a. Para o cumprimento das medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, o Plano Individual de Atendimento (PIA) deve ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias a contar do ingresso do adolescente no programa de atendimento.
- b. É direito do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, sem prejuízo de outros previstos em lei, ser incluído em programa de meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de medida de privação de liberdade, inclusive nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa.
- c. as medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no mínimo a cada 6 (seis) meses.
- d. Admite-se à autoridade judiciária aplicar nova medida de internação, por atos infracionais praticados anteriormente, a adolescente que já tenha concluído cumprimento de medida socioeducativa dessa natureza ou que tenha sido transferido para cumprimento de medida menos rigorosa.
- e. O atual posicionamento do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) desaprova o SINASE, conforme texto da Resolução 119/2006.

**30.** A Resolução 169, do Conanda, dispõe sobre a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos, no que se refere à política de atendimento.

Quanto às regras das Resolução 169, assinale a alternativa incorreta:

- a. Será garantida à criança e ao adolescente o tempo e o lugar condizentes com sua condição de pessoa em fase especial de desenvolvimento para a realização do atendimento, garantindo-lhes a privacidade necessária.

b. O atendimento deverá ser realizado, sempre, por equipe técnica interprofissional, respeitando-se a autonomia técnica no manejo das intervenções.

c. O atendimento deverá ser uma prática ética e profissional, de acordo com a regulamentação dos respectivos órgãos profissionais, não podendo agravar o sofrimento psíquico de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes, devendo-se respeitar o tempo e o silêncio de quem é ouvido, prevalecendo-se as medidas emergenciais de proteção.

d. O compartilhamento de informações entre os diversos órgãos deverá ser feito nos limites da lei, resguardado o direito à privacidade e ao sigilo.

e. Quando manifestarem o desejo de serem ouvidos em procedimento judicial, recomenda-se que a criança e o adolescente sejam previa e adequadamente informados de seus direitos por equipe interprofissional ou multidisciplinar.

## DIREITO PENAL

**31.** O privilégio no caso do furto está previsto no artigo 155, § 2, do Código Penal, reservado para os casos de pequeno valor da coisa subtraída e primariedade do agente. Referido dispositivo também se aplica aos seguintes delitos:

- a. roubo, apropriação, estelionato, dano e fraude no comércio.
- b. apropriação indébita, estelionato, fraude no comércio e receptação dolosa.
- c. dano, estelionato, fraude no comércio e receptação culposa.
- d. receptação dolosa, usurpação, estelionato e apropriação indébita.
- e. fraude no comércio, dano, receptação dolosa e apropriação indébita.

**32.** Uma triste notícia foi divulgada no final do ano de 2018. Vizinhos teriam ligado para Fulano informando que havia uma fumaça saindo da casa de seu pai. Informaram não terem conseguido acordá-lo. Em virtude da comunicação, Fulano dirigiu-se até a casa do pai e tentou arrombar a porta para entrar. Então, seu pai atirou de dentro da casa, imaginando que era um assaltante que buscava invadir sua casa.

Com base nestes fatos lamentáveis, assinale a alternativa que apresenta a configuração jurídica do ocorrido:

- a. o pai de Fulano atuou em erro de proibição inescusável, razão pela qual fica afastada a culpabilidade.
- b. o pai de Fulano agiu em legítima defesa real, razão pela qual incide a excludente de ilicitude, já que seu filho não possuía autorização naquele momento específico para adentrar em sua casa.
- c. o pai de Fulano atuou com base em erro sobre a pessoa, razão pela qual se deve considerar a condição da vítima virtual, que seria o assaltante, e não as do seu próprio filho.



d. houve erro de tipo indireto na conduta do pai de Fulano, o que implica na excludente de culpabilidade, por falta de potencial de consciência da ilicitude.

e. o caso configura a chamada descriminante putativa por erro de tipo, que, se for considerada inevitável, implica no afastamento do dolo e da culpa na conduta do pai do Fulano.

**33.** Assinale a alternativa que NÃO representa um entendimento sumulado do STJ:

a. O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite previsto para a pena privativa de liberdade, de 30 anos.

b. O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

c. A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.

d. A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

e. O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.

**34.** Assinale a alternativa INCORRETA sobre os crimes contra a dignidade sexual:

a. o crime de importunação sexual é expressamente subsidiário.

b. Realizar montagem em fotografia com a finalidade de incluir pessoa em cena de nudez configura a forma equiparada do delito de registro não autorizado da intimidade sexual, previsto no parágrafo único do artigo 216-B do CP.

c. Enviar vídeo de estupro para um grupo de Whatsapp configura o crime de favorecimento de exploração sexual, previsto no artigo 228 do Código Penal.

d. A lei prevê, expressamente, que o consentimento da vítima é irrelevante para o crime de estupro de vulnerável, mesmo que não se trate de vítima menor de 14 anos.

e. Configura o chamado estupro corretivo a prática de referido delito para controlar o comportamento social da vítima.

**35.** A respeito da Parte Especial do Código Penal, assinale a resposta INCORRETA:

a. É qualificado o furto praticado com emprego de explosivo ou de artefato análogo que causa perigo comum.

b. O crime de roubo, se praticado com emprego de arma branca, é simples, e não circunstanciado.

c. Se a vítima do crime de estupro for pessoa idosa, incide a agravante genérica.

d. O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

e. O crime de estupro terá a pena aumentada de um terço a dois terços se for coletivo, ou seja, praticado mediante o concurso de dois ou mais agentes.

**36.** Assinale a alternativa correta sobre concurso de crimes e continuidade delitiva:

a. a prescrição, no caso de crime continuado, deve ser calculada de acordo com a pena aplicada pelo juiz, com o acréscimo decorrente da continuidade delitiva.

b. no caso de concurso formal próprio, será cabível a suspensão condicional do processo se a pena mínima cominada não ultrapassar um ano, não se considerando, para esse fim, a incidência da majorante.

c. Segundo a Exposição de Motivos, o Código Penal adotou a teoria objetiva para o reconhecimento do crime continuado, razão pela qual a jurisprudência não tem exigido nenhum elemento subjetivo para a sua configuração.

d. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, configuram-se os crimes de roubo e extorsão, em concurso material, se o agente, após subtrair bens da vítima, mediante emprego de violência ou grave ameaça, a constrange a entregar o cartão bancário e a respectiva senha, para sacar dinheiro de sua conta corrente.

e. é incabível a absorção do crime de porte ou posse ilegal de armas pelo delito de tráfico de drogas, mesmo que o primeiro seja cometido para garantir o comércio dos entorpecentes, conforme entendimento consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

**37.** João falou que o pai de sua vizinha, o sr. Joaquim Souza, já falecido, foi o responsável pelo furto de uma bicicleta pertencente ao seu irmão no ano de 2002. Apesar de saber que não foi ele quem praticara o delito patrimonial, João quis atingir a reputação da família vizinha, de quem era inimigo há muitos anos.

A respeito do enunciado, responda a alternativa correta:

a. João cometeu o crime de difamação, em sua forma qualificada.

b. a conduta de João é atípica, já que Joaquim Souza faleceu e não possui, por conseguinte, honra objetiva.

c. configurou-se o delito de injúria, sendo que o sujeito passivo é a família do morto.

d. não se admite a exceção da verdade, por envolver crime já prescrito.

e. configurou-se o delito de calúnia.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

**38.** A respeito da "teoria geral dos recursos", assinale a alternativa correta:

a. O Ministério Público poderá desistir de recurso por ele interposto.

b. Pelo princípio da "fungibilidade recursal", a interposição da espécie de recurso incorreta ao caso não prejudicará a parte, independentemente da verificação de má-fé.

c. Não viola o princípio do non reformatio in pejus a correção pelo tribunal, ex officio, de erro material na

dosimetria de pena constatada por ocasião de recurso exclusivo da defesa, sendo perfeitamente possível a elevação do quantum da reprimenda.

d. No concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.

e. De acordo com o CPP, não há exceção à voluntariedade no exercício do direito de recurso.

**39.** Sobre as questões e processos incidentes no processo penal, assinale a alternativa correta.

a. Caso o juiz repute séria e fundada uma controvérsia sobre o estado civil de pessoas, o curso da ação penal ficará suspenso até que no juízo cível seja a controvérsia dirimida por sentença passada em julgado, sem prejuízo, entretanto, da inquirição das testemunhas e de outras provas de natureza urgente.

b. A suspensão do curso da ação penal apenas será decretada de ofício pelo juiz, não se admitindo requerimento das partes nesse sentido.

c. As exceções, via de regra, suspendem o andamento da ação penal.

d. A arguição de falsidade, feita por procurador, não exige poderes especiais.

e. Não é possível a instauração de incidente de insanidade mental anteriormente ao início da ação penal.

**40.** Da decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta caberá:

a. Recurso em sentido estrito.

b. Nova apelação.

c. Embargos infringentes.

d. Embargos de declaração.

e. Carta testemunhável.

**41.** Considerando o entendimento consolidado do STF a respeito das nulidades, assinale a alternativa correta:

a. É relativa a nulidade decorrente da falta de quesito obrigatório no julgamento pelo Júri.

b. É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso

da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.

c. É válida a citação por edital de réu preso na mesma unidade da Federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.

d. É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

e. A nomeação de defensor dativo supre a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia.

**42.** Paulo, vendedor na cidade de Florianópolis/SC, é réu em processo-crime que lhe move o Ministério Público do Estado de Santa Catarina pela prática do crime de furto (art. 155, caput do CP). Responde ao processo em liberdade, porquanto lhe foi concedida liberdade provisória mediante pagamento de fiança, arbitrada em

R\$ 2.000,00 pelo magistrado do juízo perante o qual o processo tramita, sem fixação de outras medidas cautelares. Posteriormente, designada audiência de instrução e julgamento, Paulo não foi localizado em seu endereço pelo oficial de justiça para que fosse intimado do ato. De pronto, em diligências no local, constatou-se que Paulo mudou de residência sem prestar qualquer informação ao juízo.

Considerando essa situação hipotética, quanto à fiança, assinale a alternativa correta quanto:

a. Trata-se de hipótese de quebração da fiança, de modo que Paulo perderá integralmente o valor caucionado.

b. Trata-se de hipótese de quebração da fiança, o que resultará na perda de metade do valor prestado a seu título.

c. Trata-se de hipótese de perdimento da fiança, e Paulo perderá integralmente o valor prestado.

d. Trata-se de hipótese de perdimento da fiança, e Paulo perderá metade do valor prestado.

e. A fiança permanecerá intacta, porquanto a comunicação ao juízo sobre eventual mudança de endereço não constitui condição à qual o acusado se submete quando da concessão de fiança.

**43.** Em relação à teoria geral das provas no processo penal, é correto afirmar:

a. Nos crimes que deixarem vestígios, a confissão do acusado suprirá a ausência de exame de corpo de delito direto ou indireto.

b. Vigora no Brasil o sistema da íntima convicção do juiz, que poderá livremente formar a sua convicção, independentemente de fundamentação.

c. Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

d. O juiz só poderá determinar a produção antecipada de provas urgentes e relevantes após iniciada a ação penal.

e. Pela "teoria dos frutos da árvore envenenada" adotada pelo CPP, todas as provas que derivarem de provas ilícitas também padecerão de ilicitude e deverão ser desentranhadas do processo.

**44.** A respeito da prisão em flagrante, assinale a alternativa correta:

a. Considera-se em flagrante quem é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração. Neste caso, trata-se da modalidade de "flagrante impróprio ou irreal".

b. Admite-se, no Brasil, o denominado "flagrante preparado ou provocado".

c. O auto de prisão em flagrante deverá ser encaminhado ao juiz competente em até 24 horas após a prática do crime, e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, deverá ser remetida cópia integral para a Defensoria Pública.

d. Recebido o auto de prisão pelo juiz, poderá ele tomar duas decisões: i) relaxar a prisão ilegal; ou ii) converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, caso presentes os requisitos e pressupostos para tanto.

e. É admitida apenas a prisão em flagrante realizada pelas autoridades e seus agentes, sendo vedada a sua efetuação por qualquer do povo.

### LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

**45.** Acerca da Lei de Interceptação telefônica, assinale a alternativa correta:

a. Diante da prática de um delito hediondo, a interceptação de comunicação telefônica prescinde de prévia autorização judicial para servir de prova em investigação criminal e em instrução processual penal.

b. Segundo entendimento dos Tribunais Superiores, é impossível a prorrogação do lapso temporal para a interceptação telefônica.

c. Excepcionalmente, o magistrado poderá admitir que o pedido de interceptação telefônica seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.

d. O Ministério Público poderá determinar a interceptação das comunicações telefônicas, desde que tenha ocorrido o recebimento da denúncia.

e. Configura contravenção penal efetivar interceptação telefônica sem prévia ordem judicial.

**46.** Acerca da Lei nº 8072/90, assinale a alternativa correta.

a. Em nenhuma hipótese o delito de homicídio simples pode ser considerado crime hediondo.

b. Os crimes equiparados ao hediondo (tortura, tráfico ilícito de drogas e terrorismo) são suscetíveis de graça, anistia e indulto.

c. A progressão de regime, no caso dos condenados por crimes hediondos, dar-se após o cumprimento de 2/5 da pena, se o apenado for primário, e de 1/3, se reincidente.

d. Nos crimes hediondos, a prisão temporária poderá ter como prazo máximo 60 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

e. Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.

**47.** Acerca da Lei 9296/96 (Lei de Interceptação Telefônica), assinale a alternativa correta.

a. Segundo o entendimento do STF, é possível o deferimento de interceptação telefônica com base em denúncia anônima desacompanhada de outras diligências.

b. A autoridade policial poderá solicitar a interceptação telefônica ao Estado-Juiz durante a instrução processual, desde que exista indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal, a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e o fato investigado for punido com pena de reclusão.

c. A interceptação telefônica deverá ser determinada em decisão judicial devidamente fundamentada, sob pena de nulidade, que não poderá exceder o prazo de 15 dias, renovável, por uma única vez, por igual período, se demonstrada a indispensabilidade do meio de prova.

d. Para os procedimentos de interceptação telefônica, a autoridade policial poderá requisitar serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público.

e. A gravação que não interessar à prova será inutilizada por determinação da autoridade policial durante a fase inaugural da persecução penal.

**48.** Com relação à Lei 9099/95, assinale a alternativa correta.

a. A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada.

b. Em regra, a citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado. Não sendo encontrado, o juiz determinará a citação por edital.

c. Da decisão proferida pela Turma Recursal é cabível recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, desde que haja contrariedade a lei federal.

d. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, podendo a autoridade policial arbitrar fiança.

e. Para a fixação da competência do juizado criminal no concurso material, a soma das penas máximas cominadas não pode ultrapassar 2 anos.

**49.** Com base na Lei dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.

a. Compete ao Tribunal de Justiça julgamento de habeas corpus impetrado contra decisão singular do juiz do juizado especial criminal;

b. O instituto despenalizador da suspensão condicional do processo aplica-se aos crimes militares;

c. Da decisão que rejeita a denúncia no Juizado Especial Criminal, cabe recurso de apelação;

d. Da decisão que homologa proposta de transação oferecida pelo Ministério Público e aceita pelo autor do fato, cabe recurso em sentido estrito.

e. consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 1(um) ano, cumulada ou não com multa.

**50.** Acerca da execução penal, assinale a alternativa correta.

a. A pena unificada para atender ao limite de 30 anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, é considerada para a concessão de outros benefícios, inclusive para o livramento condicional.

b. A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime constitui motivação idônea para a imposição de

regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

c. Compete ao juízo das execuções penais do estado a execução das penas impostas a sentenciados pela justiça federal, militar ou eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos a administração estadual.

d. Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao Juízo do processo de conhecimento a aplicação da lei mais benigna.

e. Das decisões proferidas pelo Juiz em sede de execução penal caberá recurso em sentido estrito.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**51.** A Carta Constitucional de 1967, o Ato Institucional no 5/1968 e a Emenda Constitucional no 1/1969 representaram um período de anormalidade institucional que se prolongou até a Constituição de 1988. Sobre eles, pode-se afirmar que

a. a Emenda Constitucional no 1 restaurou as garantias constitucionais cuja suspensão caracterizou o regime de exceção e revogou a prerrogativa do Presidente da República de decretar o recesso do Congresso Nacional.

b. o Ato Institucional no 5 manteve a competência do Presidente da República para decretar intervenção federal nos Estados e Municípios e a previsão de sujeição do Decreto à apreciação pelo Congresso Nacional.

c. o Ato Institucional no 5 suspendeu as garantias constitucionais e legais da vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade e excluiu da apreciação judicial os atos nele fundados.

d. a Carta de 1967, cujo projeto foi elaborado pelo Governo e que muitos consideram outorgada e não promulgada, manteve a prerrogativa que a Carta de 1946 conferiu ao Presidente da República para expedir Decretos-leis.

e. o Ato Institucional no 5 revogou todas as Constituições Estaduais.

**52.** Com relação ao conceito, às espécies e às características do poder constituinte decorrente, assinale a opção correta.

a. Trata-se do poder incumbido aos estados-membros de auto-organização.

b. Classifica-se como originário se incondicionado ou derivado quando se resume a alterar texto pré-existente.

c. Possui as mesmas limitações materiais que o poder constituinte originário.

d. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 é manifestação do poder constituinte decorrente.

e. O poder constituinte decorrente reformador manifesta-se por intermédio do Congresso Nacional por ocasião das emendas à Constituição Federal de 1988.

**53.** A iniciativa popular no processo de reforma da Constituição Federal de 1988

a. não é contemplada pelo texto constitucional vigente, posto que este prevê que todo poder emana do povo, que o exercerá exclusivamente por meio de representantes eleitos.

b. é vedada pelo texto constitucional vigente, que prevê que a participação popular se dará exclusivamente por meio do voto, do plebiscito e do referendo.

c. é prevista expressamente pelo texto constitucional, podendo ser exercida pela apresentação de proposta subscrita por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado nacional.

d. não é prevista expressamente pelo texto constitucional, muito embora seja admitida por alguns autores, com fundamento em uma interpretação sistemática da Constituição Federal.

e. é prevista expressamente pelo texto constitucional, podendo ser exercida pela apresentação de proposta subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional.

**54.** Considerando a pouca quantidade de defensores públicos indispensáveis ao atendimento adequado dos necessitados na forma da lei, determinado estado da Federação aprovou o respectivo projeto e sancionou a lei Y, que criou a obrigatoriedade de estágio curricular no atendimento da assistência jurídica gratuita por núcleo de prática jurídica integrante do departamento de direito de universidade estadual, estabelecendo sua organização, seu funcionamento e seus horários, inclusive determinando sua atuação em regime de plantão, bem como vinculando a certificação da conclusão do curso de bacharelado pelos alunos ao cumprimento do referido estágio. Conforme a CF, a doutrina e a jurisprudência do STF, a lei Y é

a. constitucional por atender ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão disposto em norma constitucional.

b. inconstitucional por ferir a autonomia didático-científica e administrativa da universidade.

c. constitucional, mas não atende a legislação que estabelece os critérios nacionais para a política educacional.

d. inconstitucional por atribuir função exclusiva de órgão da DP à universidade estadual.

e. inconstitucional apenas quanto ao condicionamento da certificação da conclusão do curso ao cumprimento do estágio curricular obrigatório.

**55.** Em relação à ADI, aos efeitos da declaração de inconstitucionalidade e segundo a jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

a. É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.

b. Não perderá seu objeto a ADI que for proposta com fundamento em disposição constitucional alterada por emenda superveniente.



c. Não se podem cumular pedidos de declaração de inconstitucionalidade de normas de natureza federal e estadual em uma única ADI.

d. A declaração de inconstitucionalidade de norma estadual por tribunal de justiça com efeito erga omnes não causa a perda de objeto de ADI contra a mesma norma no STF.

e. Não se admite conhecer ADI como arguição de preceito fundamental, ainda que os requisitos desta estejam presentes naquela.

**56.** Com relação aos direitos e deveres dos magistrados, pode-se afirmar que

a. além das vedações estabelecidas pelo artigo 95, parágrafo único da Constituição Federal, o Conselho Nacional de Justiça pode instituir vedações e restrições aos juízes, com fundamento no artigo 103-B, § 4º, da Carta.

b. as penas de advertência e censura são aplicáveis por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou Conselho Nacional de Justiça, e as de remoção, disponibilidade e aposentadoria, por voto da maioria absoluta deste.

c. a garantia da imparcialidade é estabelecida pelo artigo 95, parágrafo único, da Constituição Federal sob a forma de vedações aos juízes, às quais se acrescentam aquelas previstas no artigo 36 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LC 35/1975).

d. estão integralmente disciplinados pelo artigo 95 da Constituição Federal, razão por que, não recepcionadas pela Constituição de 1988, não têm mais vigência as normas da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LC 35/1975) que dispunham sobre a matéria.

e. As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros;

**57.** No tocante ao Poder Legislativo, a Constituição Federal estabeleceu que as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas. Nesse sentido, portanto, no que diz respeito às CPIs, assinale a alternativa correta.

a. Com base no seu poder geral de cautela, as CPIs podem decretar a indisponibilidade de bens do indiciado.

b. As CPIs têm poderes para quebrar sigilo bancário, fiscal e de dados, inclusive telefônico do indiciado.

c. As CPIs têm poderes para impor medida judicial determinando a proibição do indiciado deixar o território nacional.

d. É garantido ao indiciado o direito de contar com a presença de seu advogado durante seu interrogatório na CPI, mas o causídico não pode intervir no curso do depoimento.

e. A decretação de prisão pelas CPIs somente se admite no caso de crime em estado de flagrância.

**58.** Considere o seguinte caso hipotético. Lei do Estado de São Paulo estabelece hipóteses de gratuidade de estacionamento, em razão do tempo de utilização ou da realização de compras acima de determinado valor, em estabelecimentos privados, como shopping centers e hipermercados. O Supremo Tribunal Federal considera, sob o ponto de vista da repartição de competências estabelecida na Constituição Federal, que tal lei é

a. constitucional, pois versa sobre responsabilidade por dano ao consumidor, matéria de competência reservada aos Estados.

b. inconstitucional, pois versa sobre o funcionamento do comércio, o que se caracteriza como interesse local e, portanto, competência municipal.

c. constitucional, pois versa sobre custos de serviços, matéria de competência concorrente entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

d. inconstitucional, pois versa sobre limitação genérica ao direito de propriedade, limitação essa para a qual seria competente somente a União.

e. inconstitucional, pois versa sobre relações de consumo, que é matéria de competência privativa da União.

**59.** O Decreto no 678/92 promulgou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, sendo certo que, segundo o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, a norma ingressou no sistema jurídico pátrio no status de

a. Norma Constitucional Originária, com fundamento no art. 5, § 3º, da Constituição Federal.

b. Emenda à Constituição.

c. Lei Ordinária.

d. Norma supralegal.

e. Lei Complementar.

**60.** Com base no princípio da igualdade, o STF julgou constitucional a Lei das Cotas Raciais (Lei n.º 12.990/2014), que reserva para negros o percentual de vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos. De acordo com o STF, contudo, tal percentual abrange apenas a administração

a. direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo federal.

b. pública federal direta e indireta, no âmbito dos três Poderes.

c. pública federal, estadual, distrital e municipal, no âmbito do respectivo Poder Executivo.

d. direta do Poder Executivo federal.

e. direta e indireta do Poder Executivo federal.

#### **DIREITO ELEITORAL**

**61.** Com relação aos partidos políticos, suas doações de campanha e prestações de conta, assinale a alternativa correta.

- a. No caso de o partido receber recursos de origem não mencionada ou esclarecida, será imposta multa equivalente ao dobro dos valores recebidos.
- b. Os valores transferidos pelos partidos políticos oriundos de doações não serão registrados na prestação de contas dos candidatos como transferência dos partidos, nem na prestação de contas dos partidos, como transferência aos candidatos.
- c. A desaprovação das contas do partido implicará exclusivamente a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa de até 20%.
- d. A Justiça Eleitoral adotará sistema simplificado de prestação de contas para candidatos que apresentarem movimentação financeira correspondente a, no máximo, R\$ 30.000,00, atualizados monetariamente, a cada eleição, pelo ou por índice que o substituir.
- e. No caso de recebimento de doações acima do limite legal, fica suspensa por 1 ano a participação no fundo partidário e será aplicada ao partido multa correspondente ao dobro do valor que exceder os limites fixados.

**62.** Tendo em vista as previsões relativas aos crimes eleitorais, assinale a alternativa correta.

- a. Caluniar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando fins de propaganda, imputando-lhe falsamente fato definido como crime acarreta pena de detenção de três meses a um ano, e pagamento de 10 a 40 dias-multa.
- b. Incorre no crime de calúnia eleitoral quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.
- c. Difamar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando a fins de propaganda, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação acarreta pena de reclusão de três meses a um ano, e pagamento de 5 a 30 dias-multa.
- d. Injuriar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando a fins de propaganda, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro acarreta pena de detenção de três a seis meses, ou pagamento de 30 a 60 dias-multa.
- e. No caso da injúria eleitoral, o juiz pode deixar de aplicar a pena se o ofendido, de qualquer forma, provocar diretamente a injúria.

**63.** Sobre a propaganda eleitoral, assinale a alternativa correta.

- a. Desde o encerramento do prazo de realização das convenções, é vedado às emissoras de rádio e televisão usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito.
- b. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, é admitida a veiculação de propaganda de cavaletes e bonecos, desde que não haja prejuízo à circulação.
- c. Bens de uso comum, para fins de propaganda eleitoral, são aqueles definidos como tal pela lei civil e aos quais a população em geral tem acesso gratuito.

- d. É permitido incluir no horário da propaganda de candidaturas proporcionais a propaganda de candidaturas majoritárias, e vice-versa.
- e. Independentemente da veiculação de propaganda eleitoral gratuita no horário, é facultada a transmissão por emissora de rádio ou televisão de debates sobre as eleições majoritária ou proporcional, assegurada a participação de candidatos dos partidos com representação no Congresso Nacional, de, no mínimo, um parlamentar, e facultada a dos demais.

**64.** As eleições para Presidente da República, para Senador e para Deputado Estadual de municípios com mais de 200 mil eleitores obedecerão

- a. ao sistema majoritário absoluto.
- b. aos sistemas majoritário absoluto, majoritário relativo e da representação proporcional, respectivamente.
- c. aos sistemas majoritário, da representação proporcional e da representação proporcional, respectivamente.
- d. aos sistemas da representação proporcional, da representação proporcional e majoritário, respectivamente.
- e. ao sistema da representação proporcional.

**65.** Sobre as competências de cada órgão da Justiça Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- a. O Juiz Eleitoral tem competência para expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.
- b. Compete ao TSE processar e julgar o habeas corpus ou mandado de segurança, em matéria eleitoral, relativos a atos do Presidente da República e dos Ministros de Estado.
- c. Compete aos Juízes Eleitorais processar e julgar as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos órgãos regionais de partidos políticos, quanto a sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos.
- d. Compete às Juntas Eleitorais designar, até 60 dias antes das eleições os locais das seções.
- e. Compete ao TSE processar e julgar da ação rescisória, nos casos de inelegibilidade, desde que intentada dentro de cento e vinte dias de decisão irrecorrível, possibilitando-se o exercício do mandato eletivo até o seu trânsito em julgado.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**66.** Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.
- II. A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.
- III. Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

IV. É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

V. Compete privativamente aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre vencimentos dos membros das suas polícias civil e militar e de seu corpo de bombeiros militar.

- a. F, F, V, F, V
- b. V, V, F, V, F
- c. F, V, V, F, V
- d. V, V, V, V, V
- e. V, V, V, V, F

**67.** De acordo com a Lei nº 8.429, de 1992, constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, o responsável pelo ato de improbidade anteriormente indicado estará sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

- a. perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.
- b. perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 8 (oito) a 10 (dez) anos, pagamento de multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos
- c. perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 3 (três) a 5 (cinco) anos e multa civil de até 10 (dez) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.
- d. perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos, pagamento de multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos.
- e. perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa civil de até 5 (cinco) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.

**68.** De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, avalie as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

I. A Justiça do Trabalho tem competência para decidir os feitos em que se discutem critérios utilizados pela administração para a seleção e a admissão de pessoal nos quadros de emprego público.

II. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demandas visando a obtenção de prestações trabalhistas, nas hipóteses em que o trabalhador foi admitido na administração pública pelo regime celetista, antes da Constituição Federal de 1988 e sem concurso público.

III. Em concursos públicos, a aptidão na avaliação psicológica ou no exame médico exige a devida fundamentação.

IV. A investigação social em concursos públicos, além de servir à apuração de infrações criminais, presta-se a avaliar idoneidade moral e lisura daqueles que desejam ingressar nos quadros da administração pública.

V. É ilegítima a previsão de edital de concurso público que exige o prévio registro na Delegacia Regional do Trabalho como condição para que os graduados em Letras ou em Secretariado Bilingue exerçam a atividade de Secretário Executivo.

- a. V, V, V, F, F
- b. F, V, F, V, V
- c. F, F, V, V, F
- d. V, V, F, V, F
- e. F, V, F, F, F

**69.** Analisando o histórico do Direito Administrativo, assinale a alternativa incorreta.

- a. Do ponto de vista literal, houve a previsão de criação do contencioso administrativo no Brasil por meio do art. 111 da Constituição de 1967, com o texto da Emenda Constitucional nº 1, de 1969.
- b. As primeiras cadeiras de Direito Administrativo foram criadas no Brasil em 16 de agosto de 1851, pelo Decreto nº 608.
- c. O primeiro curso de Direito Administrativo ofertado na Faculdade de Direito de Paris ocorreu em 1819, sendo ministrado pelo Barão de Gerando que, conforme notícia a literatura especializada, compilou aproximadamente 80.000 textos de leis e regulamentos, intitulando-os Institutos de Direito Administrativo, para uso de seus alunos.
- d. A lei francesa conhecida como lei de 28 de pluviôse do ano VIII pode ser considerada o marco didático para o estudo do Direito Administrativo.
- e. A Escola da Puissance Publique (escola do poder público, das prerrogativas públicas ou da potestade pública) foca na função social do setor público e no cumprimento de sua finalidade, diferentemente da Escola do Serviço Público que foca na estrutura da administração pública e em seu regime jurídico.

**70.** De acordo com a Lei nº 13.303, de 2016, assinale a alternativa incorreta.

- a. A exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de empresa pública, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.
- b. A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista dependerá de prévia autorização legal que indique, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional, nos termos do caput do art. 173 da Constituição Federal.
- c. Depende de autorização legislativa a criação de subsidiárias de empresa pública e de sociedade de economia mista, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada, cujo objeto social deve estar relacionado ao da investidora, nos termos do inciso XX do art. 37 da Constituição Federal.
- d. Depende de autorização legislativa as participações autorizadas pelo Conselho de Administração, ainda que em linha com o plano de negócios da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas respectivas subsidiárias.
- e. Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**71.** Acerca dos Poderes da Administração Pública, assinale a assertiva incorreta.

- a. Os poderes administrativos, também denominados pelo Professor Hely Lopes Meirelles como poderes instrumentais, são instrumentos de que dispõem os agentes públicos para o exercício de suas atividades legalmente estabelecidas, tudo no interesse da coletividade.
- b. O excesso de poder é o gênero do qual emergem duas espécies: o abuso de poder e o desvio de poder (este último também conhecido como desvio de finalidade).
- c. São exemplos de desvio de poder ou de finalidade: quando a autoridade pública decreta uma desapropriação alegando utilidade pública mas visando, na realidade, a satisfazer interesse pessoal próprio ou favorecer algum particular com a subsequente transferência do bem expropriado; quando outorga uma permissão sem interesse coletivo; quando classifica um concorrente por favoritismo, sem atender aos fins objetivados pela licitação; quando adquire tipo de veículo com características incompatíveis com a natureza do serviço a que se destinava; e quando remove servidor público sem justificativa das razões de ordem pública para a sua providência.
- d. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- e. São atributos do poder de polícia a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.

**72.** Tendo por base a Lei nº 9.784, de 1999, assinale a alternativa incorreta.

- a. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- b. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- c. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, desde que estes lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- d. Não podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- e. É permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

**73.** Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema licitações, assinale a alternativa incorreta.

- a. A Lei nº 8.666, de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, não guarda pertinência com as questões envolvendo concursos para preenchimento de cargos públicos efetivos.
- b. Nos termos do §2º do art. 42 da Lei nº 8.987, de 1995, a administração deve promover certame licitatório para novas concessões de serviços públicos, não sendo razoável a prorrogação indefinida de contratos de caráter precário.
- c. Extinto o contrato de concessão por decurso do prazo de vigência, cabe ao Poder Público a retomada imediata da prestação do serviço até a realização de nova licitação, independentemente de prévia indenização, assegurando a observância do princípio da continuidade do serviço público.
- d. Para a anulação do ato de contratação direta, quando não caracterizada situação de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, deve ser demonstrada a lesão ao erário em respeito ao princípio pas de nullité sans grief (não há nulidade sem prejuízo).
- e. A alegação de nulidade contratual fundamentada na ausência de licitação não exime o dever de a administração pública pagar pelos serviços efetivamente prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, quando comprovados, ressalvadas as hipóteses de má-fé ou de haver o contratado concorrido para a nulidade.



**74.** De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

I. O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao poder público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993.

II. A teor do disposto no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, há responsabilidade civil de pessoa jurídica prestadora de serviço público em razão de dano decorrente de crime de furto praticado em posto de pesagem, considerada a omissão no dever de vigilância e falha na prestação e organização do serviço.

III. Apesar de não ocuparem efetivo cargo público, a função exercida pelos titulares de serventias extrajudiciais possui inegável natureza pública. Dessa forma, aplicável ao caso a vedação prevista no inciso XVII do art. 37 da Constituição Federal, que estende a proibição de cumulação também para as funções públicas.

IV. A existência de norma infraconstitucional que estipula limitação de jornada semanal não constitui óbice ao reconhecimento do direito à acumulação prevista no art. 37, XVI, c, da Constituição, desde que haja compatibilidade de horários para o exercício dos cargos a serem acumulados.

V. No que respeita ao subteto dos servidores estaduais, a Constituição Federal estabeleceu a possibilidade de o Estado optar entre: a definição de um subteto por poder, hipótese em que o teto dos servidores da Justiça corresponderá ao subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça (art. 37, XI, CF, na redação da EC 41/2003); e a definição de um subteto único, correspondente ao subsídio mensal dos desembargadores do Tribunal de Justiça, para todo e qualquer servidor de qualquer poder, ficando de fora desse subteto apenas o subsídio dos deputados (art. 37, § 12, CF, conforme redação da EC 47/2005).

- a. V, V, V, V, V
- b. F, F, F, F, F
- c. F, V, F, V, F
- d. V, F, V, V, F
- e. V, V, V, F, V

**75.** De acordo com a Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010, do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa incorreta.

- a. A autoridade que de qualquer modo tiver conhecimento de irregularidade no serviço público é obrigada a promover sua apuração imediata, pelos procedimentos previstos na Lei Complementar nº 491, de 2010, assegurado ao acusado a ampla defesa.
- b. Caso o servidor esteja respondendo a mais de um procedimento administrativo disciplinar, todos deverão ter prosseguimento até o seu julgamento final,

independentemente da pena aplicada em cada um, inclusive em caso de demissão anterior.

c. Não haverá sobrestamento do processo administrativo disciplinar em virtude de ações na esfera judicial contra o servidor acusado, salvo na hipótese de necessidade declarada pela comissão, após prévia consulta à Procuradoria Geral do Estado.

d. A autoridade poderá optar pelo ajustamento de conduta nas infrações puníveis com repreensão verbal ou escrita, advertência ou suspensão de até 15 (quinze) dias, a ser adotado como medida alternativa de procedimento disciplinar e de punição, visando à reeducação do servidor, e este, ao firmar o termo de compromisso de ajuste de conduta, deve estar ciente dos deveres e das proibições, comprometendo-se, doravante, em observá-los no seu exercício funcional.

e. Os recursos (pedido de reconsideração e recurso hierárquico) serão recebidos no efeito meramente devolutivo, salvo se, a juízo da autoridade competente, for concedido efeito suspensivo.

## DIREITO AMBIENTAL

**76.** Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a uma ou mais das seguintes finalidades, exceto:

- a. proteger várzeas
- b. conter a erosão do solo e mitigar riscos de enchentes e deslizamentos de terra e de rocha
- c. formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias
- d. assegurar condições de bem-estar público
- e. garantir o potencial econômico da região

**77.** As obrigações decorrentes do princípio da função ambiental da posse/propriedade possuem natureza:

- a. personalíssima
- b. propter rem
- c. mista
- d. subjetiva
- e. indefinida

**78.** São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, exceto?

- a. o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental
- b. o licenciamento ambiental
- c. o zoneamento ambiental
- d. a criação de varas especializadas em matéria ambiental
- e. a servidão ambiental

**79.** Sobre responsabilidade em matéria ambiental assinale a alternativa correta:

- a. não há independência entre as instâncias civil, administrativa e penal

- b. a responsabilidade civil em matéria ambiental é subjetiva
- c. a responsabilidade administrativa em matéria ambiental é objetiva, conforme entendimento do STJ
- d. a responsabilidade civil em matéria ambiental é solidária
- e. a responsabilidade civil em matéria ambiental prescinde do nexo de causalidade

**80.** Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação assinale a alternativa correta:

- a. o órgão central do SNUC é o CONAMA
- b. nas unidades de conservação de proteção integral não se admite o uso, mesmo indireto, de recursos naturais
- c. a área de proteção ambiental – APA, é unidade de conservação pertencente ao grupo de uso sustentável
- d. o horto florestal é considerado unidade de conservação pertencente ao grupo de proteção integral
- e. a formalização de qualquer das modalidades de unidade de conservação não invalida as licenças ambientais anteriormente concedidas

### DIREITO TRIBUTÁRIO

**81.** Acerca do papel da Lei Complementar no Direito Tributário, marque a alternativa correta:

- a. Segundo a corrente tricotômica, a lei complementar só pode dispor sobre normas gerais em matéria de legislação tributária, as quais, por sua vez, vão dispor sobre conflitos de competência e sobre limitações constitucionais ao poder de tributar.
- b. A corrente dicotômica sustenta competir à lei complementar dispor sobre conflitos de competência em matéria tributária, regular as limitações constitucionais ao poder de tributar e estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.
- c. Cabe à Lei Complementar definir tributos e suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição, os respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes. Essa tarefa foi realizada unicamente pelo Código Tributário Nacional.
- d. Na ausência de lei complementar que defina os fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes de algum imposto estadual, podem os Estados exercer a competência tributária, pela aplicabilidade do artigo 24, §3º, da Constituição Federal.
- e. Todas as alternativas estão incorretas.

**82.** Um município notificou determinada instituição educacional, com fins lucrativos, a pagar IPTU referente a fato gerador ocorrido em 2016, em razão da propriedade de um terreno localizado no centro da cidade, o qual é utilizado como estacionamento pago. O fisco municipal cobrou da entidade, além dos juros e correção monetária, multa moratória no percentual de 20% sobre o valor principal. Em 2019, foi publicada a Lei Municipal 12.549/2019, que reduziu a multa moratória para 10% sobre o valor do débito. Na época da edição da nova lei, os embargos à execução interpostos pelo

executado já haviam transitado em julgado, e o bem imóvel penhorado arrematado por terceiro, que já estava inclusive na posse do imóvel. Com base nas informações acima e na legislação vigente, é correto afirmar que:

- a. Aplica-se ao caso uma hipótese de imunidade tributária, razão pela qual inexistente relação jurídica que obrigue a entidade educacional a pagar os valores cobrados pela municipalidade. No entanto, como o imóvel já foi alienado, deve o contribuinte pedir a repetição dos valores pago indevidamente.
- b. Aplica-se ao caso uma hipótese de imunidade tributária, razão pela qual inexistente relação jurídica que obrigue a entidade educacional a pagar os valores cobrados pela municipalidade. No entanto, como os embargos transitaram em julgado, decaiu o direito de requerer a repetição do indébito.
- c. É vedada a cobrança dos juros e da multa de 20% cumulativamente, pela ocorrência do bis in idem.
- d. A entidade educacional deverá pagar o valor principal acrescido de correção monetária, juros moratórios e da multa de 20%, prevista na legislação vigente à época do fato gerador.
- e. A entidade educacional deverá pagar o valor principal acrescido de correção monetária, juros moratórios e da multa de 10%, prevista na Lei Municipal 12.549/2019.

**83.** De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa correta:

- a. Constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte
- b. Incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público
- c. O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS e ISSQN.
- d. O ICMS incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.
- e. Nenhuma das alternativas acima está correta.

**84.** São hipóteses de suspensão do crédito tributário:

- a. O Parcelamento, a moratória e a compensação.
- b. O parcelamento, o depósito do seu montante integral e a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- c. O parcelamento, a penhora integral do crédito e os recursos administrativos.
- d. O parcelamento, a isenção e a anistia.
- e. O parcelamento, o depósito do seu montante integral e a Isenção parcial.

**85.** O estado de Santa Catarina ingressou com a ação de execução fiscal em 27/11/2018 contra a pessoa jurídica X. Ao tentar fazer a citação por oficial de justiça, foi constatado que a empresa estava localizada no estabelecimento informado nos cadastros fiscais, mas não possuía bens penhoráveis. Diante desse fato, o

Estado requereu o redirecionamento da execução fiscal contra João e Pedro, o primeiro sócio-quotista e o segundo administrador da sociedade. O juiz deferiu o pedido e ambos foram devidamente citados. Diante dessas circunstâncias, assinale a alternativa correta:

- a. A decisão que determinou o redirecionamento da execução contraria a jurisprudência dominante, porque o patrimônio da pessoa jurídica é independente do patrimônio da pessoa física e não houve fraude à lei, nos termos exigidos pelo artigo 135 do CTN.
- b. O redirecionamento foi deferido corretamente com relação ao sócio-quotista, porque há a presunção de dissolução irregular da pessoa jurídica quando ela não possui bens penhoráveis. No entanto, não poderia ter sido deferido o redirecionamento contra o administrador, porque ele não faz parte do quadro societário.
- c. A presunção de dissolução irregular é absoluta, não comportando provas em sentido contrário.
- d. A presunção de dissolução irregular é relativa, mas só pode ser ilidida por meio de prova documental.
- e. O redirecionamento só poderia ter sido realizado contra o administrador da pessoa jurídica.

**86.** Assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a. A segurança pública, presentes a prevenção e o combate a incêndios, faz-se, no campo da atividade precípua, pela unidade da Federação, e, porque serviço essencial, pode o Município criar taxa para tal fim.
- b. A taxa cobrada em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis viola o artigo 145, II, da Constituição Federal;
- c. A taxa cobrada em razão dos serviços de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos ofende o art. 145, II, da Constituição Federal;
- d. A taxa de iluminação pública é constitucional, desde que editada posteriormente à Emenda que autorizou a instituição de Contribuição para essa finalidade.
- e. Todas alternativas estão corretas.

**87.** De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa correta:

- a. O IPVA pode incidir sobre embarcações e aeronaves.
- b. É inconstitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCMD.
- c. Após a Emenda Constitucional 33/2001, é constitucional a incidência de ICMS sobre operações de importação efetuadas por pessoa, física ou jurídica, que não se dedique habitualmente ao comércio ou à prestação de serviços.
- d. O ICMS compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS.
- e. A redução da base de cálculo de ICMS equivale à isenção parcial, o que acarreta a anulação proporcional de crédito relativo às operações anteriores, salvo disposição em lei estadual em sentido contrário.

**88.** Assinale a alternativa correta:

- a. É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar quaisquer dos tributos previstos pela Constituição.
- b. É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos.
- c. É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo vedada a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.
- d. É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aqueles cuja regulamentação seja reservada à lei complementar e com relação aos impostos.
- e. É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aqueles cuja regulamentação seja reservada à lei complementar.

**89.** Sobre legislação tributária, assinale a alternativa incorreta:

- a. A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- b. A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes.
- c. A lei pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.
- d. A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, desde que ele não tenha sido definitivamente julgado.
- e. Todas as afirmativas estão corretas.

**90.** Analise os itens a seguir:

- I. Não incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo em vista a imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.
- II. A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, mesmo quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é inconstitucional a cobrança do IPTU pelo Município.
- III. A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.
- IV. A imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.
- V. A imunidade da alínea d do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal alcança componentes eletrônicos

destinados, exclusivamente, a integrar unidade didática com fascículos.

De acordo com a jurisprudência do STF, estão incorretos:

- a. os itens I e V
- b. os itens II, IV e V
- c. os itens II e IV
- d. os itens I, II, III, IV
- e. todos os itens estão incorretos.

### **DIREITO EMPRESARIAL**

**91.** A respeito da propriedade industrial, assinale a alternativa correta.

- a. Marcas arbitrárias são expressões cunhadas ou inventadas, que, como tais, não existem no vocabulário de qualquer idioma;
- b. Marcas de fantasia são expressões já existentes, mas que, diante de sua total ausência de relação com as atividades do empresário, não sugerem nem, muito menos, descrevem qualquer ingrediente, qualidade ou característica daquele produto ou serviço;
- c. A marca evocativa (ou sugestiva ou fraca) é constituída por expressão que lembra ou sugere finalidade, natureza ou outras características do produto ou serviço desenvolvido pelo titular;
- d. O exercício da pretensão de abstenção de uso de marca deve respeitar o prazo de cinco anos;
- e. O prazo prescricional para ajuizamento da ação que objetiva a reparação dos danos causados pela utilização não autorizada de sinal registrado é de dez anos.

**92.** No que tange ao Direito Falimentar e Recuperacional, assinale a alternativa correta.

- a. O juiz está autorizado a realizar controle de legalidade de disposições que integram o plano de recuperação judicial, inclusive podendo adentrar em questões concernentes à viabilidade econômica da recuperanda;
- b. A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória;
- c. O juízo da recuperação judicial é competente para decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de recuperação da empresa;
- d. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "principal estabelecimento do devedor" confunde-se com a sede social da recuperanda;
- e. O prazo de 180 (cento e oitenta) dias do stay period deve ser contado, segundo o Superior Tribunal de Justiça, em dias úteis.

**93.** Em relação à Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, assinale a alternativa correta.

- a. O Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI) autoriza a constituição de EIRELI por pessoa jurídica, inclusive permitindo que uma pessoa

jurídica figure em mais de uma empresa individual de responsabilidade limitada;

b. Seu nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" antes da firma ou da denominação social;

c. Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades simples;

d. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 80 (oitenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País;

e. A empresa individual de responsabilidade limitada poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária em um único sócio, salvo se se tratar de sociedade anônima.

**94.** Quanto ao cheque, assinale a alternativa correta.

a. O cheque admite aceite, desde que imediato à sua emissão;

b. Não caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado por ser esse título de crédito pagável à vista;

c. Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é indispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.;

d. Na ação de cobrança prevista no art. 62 da Lei nº 7.357/85 (Lei do Cheque) é prescindível a demonstração da causa debendi;

e. O termo inicial de contagem do prazo prescricional da ação de execução do cheque pelo beneficiário é de 6 (seis) meses, prevalecendo, para fins de contagem do prazo prescricional de cheque pós-datado, a data nele regularmente consignada, ou seja, aquela oposta no espaço reservado para a data de emissão.

**95.** A respeito do empresário individual, assinale a alternativa correta.

a. A organização, pressuposto da atividade empresarial, refere-se à articulação dos fatores de produção, quais sejam: capital, mão de obra, insumos e tecnologia;

b. A atividade desenvolvida pelos titulares das serventias de notas e registros é análoga à atividade empresarial, sujeitando-se a regime de direito privado;

c. A organização, pressuposto da atividade empresarial, refere-se à articulação dos fatores de produção, quais sejam: capital e mão de obra;

d. A atividade desenvolvida pelos titulares das serventias de notas e registros não é análoga à atividade empresarial, sujeitando-se a regime misto;

e. A organização, pressuposto da atividade empresarial, refere-se à articulação dos fatores de produção, quais sejam: insumos e tecnologia.

**96.** A respeito da Teoria Geral do Direito Societário, assinale a alternativa correta.



- a. O sócio é uma espécie de empresário, qualificado como empreendedor;
- b. No que diz respeito às sociedades, interessa saber que essas pessoas jurídicas podem ser de duas categorias: simples e empresárias, e que ambas possuem em comum o fato de explorarem atividade econômica e objetivarem o lucro;
- c. A sociedade em comum compreende as figuras doutrinárias da sociedade de fato e da em conta de participação;
- d. Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal parcial de bens;
- e. A sociedade adquire personalidade jurídica com a assinatura do contrato social.

**97.** Em relação ao trespasse, assinale a alternativa correta.

- a. Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em sessenta dias a partir de sua notificação;
- b. O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de dois anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.;
- c. Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência;
- d. Salvo disposição em contrário, a transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se não tiverem caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em trinta dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante;
- e. O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto às partes contratantes depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial.

**98.** No que tange às sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

- a. O contrato social da sociedade limitada pode prever cláusula de eleição de foro para resolução das desavenças dos sócios;
- b. É autorizada a contribuição social que consista em prestação de serviços;
- c. A sociedade limitada rege-se, nas omissões, pelas normas da sociedade anônima;
- d. A sociedade limitada é sempre uma sociedade de pessoas;
- e. Não há diferença entre capital social e patrimônio social.

**99.** Quanto aos contratos bancários, assinale a alternativa incorreta.

- a. O mútuo bancário é o contrato pelo qual o banco empresta certa quantia de dinheiro ao cliente, que se obriga a pagá-la, com os acréscimos remuneratórios, no prazo contratado;
- b. Crédito documentário é o contrato bancário em razão do qual o banco (emissor) assume, perante o seu cliente (ordenante), a obrigação de proceder a pagamento em favor de terceiro (beneficiário), contra a apresentação de documentos relacionados a negócio realizado pelos dois últimos;
- c. A antecipação bancária, também conhecida como desconto bancário, é modalidade de concessão de crédito mediante a constituição de garantia pelo cliente tomador do crédito por intermédio de títulos, mercadorias ou documentos que o representem;
- d. O depósito bancário é o contrato pelo qual uma pessoa (depositante) entrega valores monetários ao banco, que se obriga a restituí-los quando solicitados;
- e. A aplicação financeira é o contrato pelo qual o depositante autoriza o banco a empregar, no todo ou em parte, o dinheiro mantido em conta de depósito num investimento (ações, títulos da dívida pública, commodities etc.).

**100.** Quanto ao prazo para apresentação do plano de recuperação judicial, assinale a alternativa correta.

- a. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 90 dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial;
- b. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 dias da publicação da decisão que conceder a recuperação judicial;
- c. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 180 dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial;
- d. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo prorrogável de 60 dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial;
- e. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial.